



## FORMAÇÃO DO SER SOCIAL INFANTIL NA CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO: EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA MUPI- TORRÃO/CAMETÁ-PARÁ

Maria Isabel Batista Rodrigues  
Universidade Federal do Pará - UFPA (Brasil)  
Endereço eletrônico: r.mariaisabelbatistarodrigues@yahoo.com.br

Gilmar Pereira da Silva  
Universidade Federal do Pará - UFPA (Brasil)  
Endereço eletrônico: gpsilva@ufpa.br

1446

Compreender como se realiza a constituição do ser social infantil, no interior dos processos do trabalho coletivo na comunidade de Mupi-Torrão, no município de Cametá estado do Pará, a partir da disputa entre capital e trabalho, é o interesse da pesquisa de doutorado em andamento. A hipótese levantada é de que *crianças de comunidade quilombola de trabalhadores agricultores da Amazônia-Pará, pelo trabalho, são formadas enquanto sujeitos de um pensar-fazer que pode manifestar modos de vida opostos a sociabilidades do capital.*

Partimos do pressuposto de que trabalhadores e trabalhadoras são sujeitos que vivem e produzem a vida a partir do trabalho, entendendo-se que o local de suas atividades laborais vai muito além do ganhar a vida no sentido de satisfazer as necessidades fisiológicas - matar a fome e a sede -, mas possibilita também a produção de saberes e experiências de trabalho, conforme Thompson (1987), que se traduzem em componentes de formação de identidade e de constituição de subjetividades, uma vez que o processo que demanda suas existências e sobrevivências materializam também uma dimensão que possibilita ao trabalhador compreender o mundo do trabalho e nele intervir, permitindo, desta forma, que o homem promova sua constituição como ser social, de classe, por meio de suas atividades laborais.

Neste sentido, trata-se de se analisar a constituição do ser social infantil num contexto em que os trabalhadores e trabalhadoras detêm a totalidade dos saberes do trabalho decorrentes de um conjunto de pessoas que desenvolvem suas atividades tendo acesso aos conhecimentos em relação com o mundo do trabalho, numa unidade teórico-prática, conforme Vázquez (1968), tomando-se o trabalho como prática transformadora.

Diante do exposto, consideramos que o ser social infantil não é um sujeito abstrato, mas resultante de relações do trabalho humano, vivendo no interior também de



relações de classe, apresentando subjetividades a partir das *relações sociais e culturais estabelecidas*, mas também produzindo subjetividades a partir de sua ação no mundo e cotidiano do trabalho. Nesse sentido, tratamos a natureza infantil a partir de uma perspectiva histórico-cultural, considerando “[...] a criança como ser social que ela é sujeito de sua história, produtora de cultura e, portanto, um ser humano-criança, criador e autônomo. Assim, afirmamos uma concepção de infância contrária à ideia de natureza infantil, abstrata e supostamente universal” (HERNANDEZ-PILOTO, 2014, p. 75).

Diante disso, como manifestação da vida humana numa dimensão formativa e educativa, o trabalho decorre da interação entre sujeitos e sujeitos, bem como entre sujeitos e seu ambiente natural, por meio de suas ações vitais, vinculando-se, segundo Frigotto (2015, p. 02), “[...] à própria forma de ser dos seres humanos [...]”, constituindo-nos “[...] parte da natureza [...]” e dependendo “[...] dela para reproduzir a nossa vida [...]”, de maneira que é “[...] pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida [...]”, sendo importante “[...] socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida [...], daí decorrendo, em termos metodológicos, analisar a materialidade de vida dos sujeitos trabalhadores agricultores de Mupi, em Cameté, em sua relação com a natureza, suas crianças e outros homens, de modo a apreender as suas subjetividades, quer voltadas para a manutenção do *status quo de dominação*, mas também de oposição.

Trata-se de se pensar em uma *educação para além do capital*, conforme Mészáros (2005), para o que as transformações devem ultrapassar as formalidades, abarcando a essencialidade das relações, o que significa criar condições para que os trabalhadores e trabalhadoras se percebam como parte do processo formativo, com saberes e poderes transformadores, enquanto classe, e com subjetividades que se oponham às do capital, onde o individualismo, a privatização da vida e a fetichização da existência são as lógicas.

Em termos teóricos, assumimos o trabalho não como categoria meramente técnica e produção de bens materiais, mas, sobretudo, como meio de constituição da subjetividade dos sujeitos que, diante das diferentes capacidades de trabalho que são adquiridas no curso da vida, vão aos poucos aprimorando seu processo de formação enquanto trabalhadores e trabalhadoras, diante de uma relação de trabalho que possibilita o reconhecimento do sujeito como parte pertencente do meio onde realiza suas atividades laborais que lhes servem para a produção da existência.



Assim, desenvolvemos uma **pesquisa de cunho qualitativa** (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), pautada no materialismo histórico-dialético (KOSIK, 2002), observando-se os princípios formativos do trabalho do ser social infantil numa dimensão de ações que se materializam diante de uma realidade social com uma dinâmica de formação do trabalho como produção da vida, de relações e de subjetividades. Outrossim, trata-se de pesquisa qualitativa também, por considerarmos que o estudo empírico será efetivado e analisado no seu ambiente de acontecimentos, uma vez que estudar os fatos sociais requer do pesquisador uma relação mais aproximada de seu objeto de pesquisa e com os sujeitos que vivenciam o ambiente natural eleito para o estudo.

Nestes termos, o trabalho se materializará por meio de observação e a partir dos relatos dos sujeitos sobre seu ambiente de formação e trabalho, tratados a partir da análise de conteúdo (FRANCO, 2007, p. 10), tratando-se de um procedimento de pesquisa que “[...] reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento [...]”, ajudando-nos a entender o que as palavras ditas pelos entrevistados têm a dizer sobre as subjetividades infantis a partir das mediações do trabalho coletivo e familiar realizado por sujeitos da comunidade quilombola de Mupi, em Cametá.

Mediante nossas inferências prévias, segundo Neri (2016), a comunidade vive quase que exclusivamente da agricultura, pois a mesma representa a maior fonte de economia da localidade. O modo de vida de seus habitantes está alinhado diretamente a conhecimentos tradicionais no que condiz ao manejo da terra para fins de produção para o sustento da vida. Desse modo, a dinâmica de existência nesse território se interliga cotidianamente com o cultivo da terra, garantindo tanto a fonte de alimentação quanto suas possibilidades de renda, visando à aquisição de outros elementos necessários à condição humana por meio da natureza, partindo-se do entendimento de que “[...] somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida [...]”, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 87).

Nessa perspectiva, entendemos que a natureza tem um papel fundamental na vida dos agricultores e agricultoras que habitam o território da localidade, partindo-se do pressuposto de que “[...] a natureza produz a vida [...]” (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 87), nas mais variadas dimensões da existência humana, das necessidades pessoais às formas de relações e educação.

O território do Mupí é de fundamental importância para a produção do modo de vida dos remanescentes quilombolas, pois seus “[...] processos formativos se



estabelecem numa relação de convivência próxima e solidária” (NERI, 2016); o trabalho familiar é um processo em constante movimento. E com isso, diante de seus lugares de vivência e convivência, os povos e comunidades tradicionais vão constituindo não somente bens materiais, mas também histórias de vidas que vão se entrelaçando de modo a dar continuidade aos saberes e conhecimentos já ali alicerçados por um percurso de tradição, viabilizado por seus antepassados e que acompanha a trajetória das gerações subsequentes, sendo a relação com o território também uma prática manifestada no contexto dessas tradições representativas de seu modo de vida.

E neste sentido, entendemos que trabalho é uma atividade que produz e reproduz a existência dos homens nas diversas sociedades, permitindo a construção de relações sociais, na integração homem-natureza, que garantem a sobrevivência de todos os envolvidos no processo do trabalho, quer adultos, jovens e crianças, de maneira que, a partir dele, o ser social é constituído em suas diversas dimensões, dentre as quais a infância. É nessa perspectiva, pois, que buscamos entender a sua construção, em um contexto de trabalho desenvolvido por agricultores da/na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho com princípio educativo. Trabalho familiar. Ser social infantil. Modos de vida.

## REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2007.

HERNANDEZ-PILOTO, Sumika Soares de Freitas. Infância e (des) naturalização da criança no cotidiano da Educação Infantil. In: Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 20, n. 1, jan./jun. 2014. Acesso em 13 de agosto de 2019.

KOSIC, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MESZAROS, István. A Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

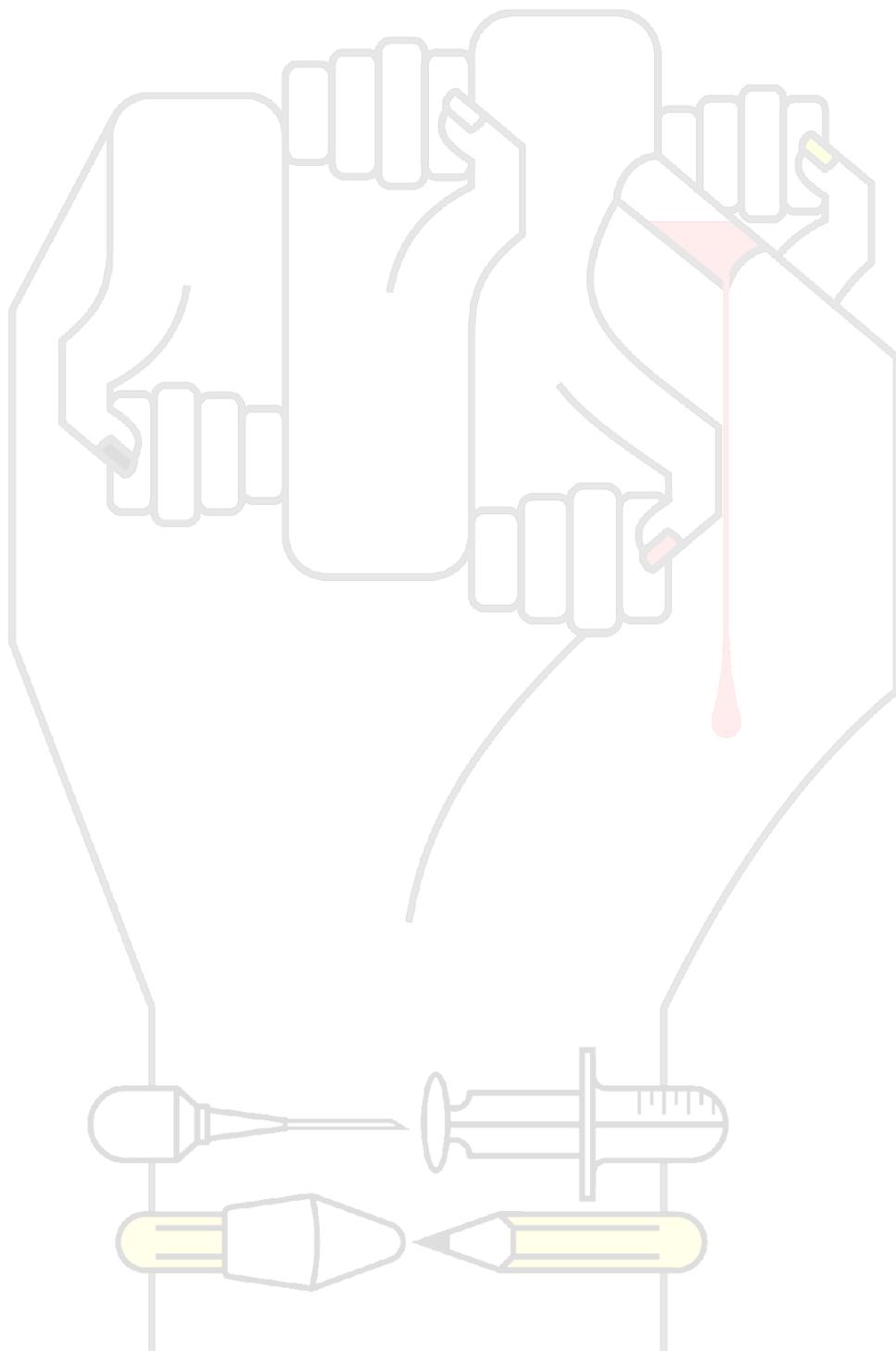


NERI, Pâmela Paula Souza. Memória-esquecimento da história e cultura indígena em Cametá: uma arqueogenealogia dos fios narrativos na trilha indígena da Aldeia e Torrão-Mupi / Pâmela Paula Souza Neri. - 2016.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 1968.

1450



Realização:



Apoio:

